

## IMPrensa E INFÂNCIA NO BRASIL: INFORMAÇÃO E FORMAÇÃO (1930/1950)

<https://dx.doi.org/10.18616/cart02>

Olga Brites

O presente texto faz um inventário sobre como as infâncias protagonizam as mídias entre 1930 e 1950, a partir de vozes dessa imprensa, em diálogo com a bibliografia disponível sobre o universo da experiência social. Escrever sobre História e Imprensa é um grande desafio para historiadores, estudiosos da comunicação e pesquisadores em geral. Muitos desses profissionais consideravam, um tempo atrás, a *imprensa* como material de informação, neutro e objetivo. Assim, entendiam que, ao observar as narrações do fato, teriam a verdade sobre acontecimentos do passado, sendo suficiente reproduzir notícias, sem indagar criticamente sobre os propósitos do veículo impresso, dos jornalistas que ali publicavam ou de outros sujeitos. No caso da infância, intelectuais, pedagogos, psicólogos, médicos, escritores e professores eram tratados como autoridades absolutas e, muitas vezes, inquestionáveis.

Hoje, já contamos com diferentes dissertações, teses, livros e artigos publicados, com pesquisas que possuem maior clareza metodológica sobre o que significa a *imprensa* para historiadores - e outros interessados nesse universo de pesquisa -, como fonte de estudos relevantes que refletem sobre o discurso narrativo da *imprensa* (linguagem, estrutura gráfica, relação com o público leitor), recorrendo, por vezes, a dados estatísticos, à circulação da notícia, à velocidade na transmissão, a diferentes formas de leituras, não somente reservados aos analfabetos, à leitura coletiva e à grande possibilidade de surgimento de vários impressos (Silva, 1986; Capelato, 1988; Cruz; Peixoto, 2007; Silva, 2015; Martins, 2017).

Cabe observar a *imprensa* como prática constituinte do real, como também socialmente constituída, e evitar de atribuir a seus órgãos categorias estáticas, generalizantes, observando também contradições, ambiguidades. Uma das questões centrais quando se estuda História e Imprensa, segundo Heloísa de Faria Cruz e Maria do Rosário da Cunha Peixoto, é:

Problematizar suas articulações ao movimento geral, mas também a cada uma das conjunturas específicas do longo processo de constituição, de consolidações, reivindicação do poder burguês nas sociedades modernas, e das lutas por hegemonia nos muitos e diferentes momentos do capitalismo (Cruz; Peixoto, 2007, p. 257).

Pensamos a *imprensa* também como constituição de memórias; neste sentido, refletimos sobre campos de disputas, pois que, lembrar, é também promover esquecimentos. A *imprensa* faz parte da construção de sentidos, de suas perspectivas narrativas, articuladas com instituições dominantes, buscando alianças. A investigação do passado está orientada por questões do presente.

Pretende-se, com ela, redimir o passado, buscando mudanças ou preservá-lo sem mudanças.

Cabe observar como o jornal e a revista atuam enquanto agentes históricos, no sentido de interpretar a infância a partir, muitas vezes, do olhar dos adultos, projetando para ela um vir a ser que pouco considera sua condição de sujeitos ativos, que podem atuar de forma criativa na mudança de práticas e procedimentos de adultos e das próprias crianças.

Os estudiosos desse universo necessitam problematizar a *imprensa* como fonte e agente de estudo, refletir sobre o público leitor, o consumidor, as intenções jornalísticas dos que atuam nos órgãos de *imprensa*. É preciso vê-la como um conjunto de empresas que visam a lucros e a outros poderes. Meu doutorado, de 1999, deixou de abordar vários aspectos, que estudiosos hoje destacam como possibilidade metodológica que pressupõe a cobertura do projeto de pesquisa; daí a importância de observar o período de produção e avanços posteriores.

Verificamos a ênfase de alguns órgãos de imprensa em destacar instituições de amparo às crianças pobres e desvalidas, casos de Cruzada Pró-Infância, Liga das Senhoras Católicas, que enfatizavam práticas cotidianas com cuidados de saúde, alimentação adequada, vestimenta apropriada, sugestões de exercícios físicos que oportunizariam vigor e vitalidade e consideravam o futuro promissor. As instituições tinham visibilidade física; enfatizavam suas ações positivas, que deveriam ser estimuladas, conferindo-lhes poder de ação transformadora. Podemos afirmar que estes materiais impressos dialogam com projetos da grande imprensa quando se trata da infância, numa sintonia de intenções e de aprovação de seus feitos, mas silenciando sobre a produção social das graves carências provocadas pela exploração da pobreza.

O técnico e o especialista tinham lugar privilegiado nos órgãos de imprensa, o que dava legitimidade às matérias publicadas, divulgando saberes e fazeres “apropriados”. Desta forma, o jornal ou a revista aparecia como neutro, sendo a política, muitas vezes, supostamente reservada apenas às ações do Estado constituído.

Destaco como publicação a revista *Infância*, da Cruzada Pró-Infância, instituição dedicada aos cuidados com a mulher e as crianças pequenas. Embora com perfil diferenciado das revistas de grande tiragem, ostentando fotos de crianças bem-vestidas, sorridentes, filhas de paulistas, brancas, filhos de assinantes. A revista *Infância* revelava e valorizava seus projetos de atendimento. Propôs-se publicar, na seção “Crianças de São Paulo”, fotografias tiradas por profissionais por ela indicados pela revista, não admitindo fotografias enviadas fora deste padrão.

A orientação para procurar fotógrafo próprio tinha também a intenção de garantir a qualidade da foto, do foco, da luminosidade, do ângulo, com a clara intenção de mostrar o que, em seu entender, seria mais próximo da realidade ideologicamente desejada, com capacidade de controle sobre as manifestações infantis. E uma delas era a de flagrar ou estimular as crianças para o sorriso, revelando alegria, satisfação, como se isso fosse a realidade de todas elas.

Vários jornais divulgavam eventos que diziam respeito às sociedades filantrópicas: *Diário oficial*, *Diário popular*, *Folha da Manhã*, *Diário de São Paulo*, *Gazeta de São Paulo* e *Correio Paulistano*. Há referências a mulheres da elite

paulistana, descritas como dedicadas ao assistencialismo. Lembramos da figura de Darcy Vargas, mulher do presidente da República, também com este perfil, e que seria lembrada como aquela dedicada aos cuidados com pequenos jornalistas. Em São Paulo, destaco Pérola Byington, conhecida filantropa da elite. Não ocasionalmente, eram mulheres casadas com homens que exerciam altas funções de poder (Brites, 2023).

Considerando criança e juventude, serão apontadas, no presente texto, questões a serem observadas contemporaneamente, visando à sua transformação, projetando futuro diferenciado, especialmente nos anos 30 e 40 do século XX. Questões recorrentes naquele momento diziam respeito à produtividade no trabalho. Como mantê-la se a taxa de mortalidade infantil era alta, se também temos trabalhadores adultos descritos como despreparados e frágeis fisicamente? É com os cuidados com a criança e a juventude que os desvios poderiam, nessa perspectiva, ser corrigidos na infância e no universo dos adultos.

É importante lembrar a atuação do Estado, neste período, no sentido de promover ações institucionais voltadas aos cuidados com a infância. Não encaramos essas ações como dádivas, mas como reveladoras de problemas concretos que não poderiam ser evitados, desconsiderados, como se isentassem setores dominantes das responsabilidades por suas origens. Por outro lado, havia preocupação do Estado em incorporar minimamente trabalhadores, que se tornavam como força expressiva em suas reivindicações, controlando-os socialmente.

O conceito de experiência de E. P. Thompson nos convida a refletir sobre práticas e representações constituídas pelos próprios trabalhadores. Estes sujeitos não dependem de uma consciência que venha propriamente do Estado e do partido. A concepção de uma cidadania cultural envolve o reconhecimento e a ação de sujeitos múltiplos para a preservação de seus valores, que não devem ser vistos como exibição de espetáculos a serem menosprezados, desqualificados enquanto ações pré-políticas, inconsistentes (Thompson, 1981).

Observamos, ainda, o investimento ideológico do Estado Novo em sua autopromoção, sugerindo consenso e força, sua tentativa de integração controladora dos diferentes agentes sociais. O Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) constitui um instrumento fundamental de divulgação de ideologias, numa perspectiva de propaganda e legitimação do regime.

Podemos dizer que criança e juventude representam suportes argumentativos para essas forças integradoras do regime. A imprensa é uma força política importante que o regime procurou subordinar. Setores da elite deveriam apoiar aquele projeto até para afirmar a sua potência. Muitas vezes, no entanto, os vínculos com partidos indicam uma participação ativa na política institucional; legitimam projetos e participam da disputa política institucional. O jornal *O Estado de São Paulo*, com a instauração da República, tendo como diretor Júlio Mesquita, falecido em 1927, rompeu com o Partido Republicano Paulista, aliando-se ao Partido Democrata. Os jornais da grande Imprensa publicavam propostas das oligarquias paulistas. O PD, apesar de em oposição ao PRP, fazia frente aos movimentos sociais que surgiam (Vesentini; De Decca, 1977; Silva, 2015).

O ESP registrava, em suas páginas, no período estudado, os cuidados com a criança desamparada. Nos anos 30, publicou a realização eficaz de assistência na cidade com relação às crianças. São Paulo foi construída, em suas páginas, como a cidade do progresso, do avanço. Apresentava-se exemplo de outras cidades do mundo, que se tornavam referência para o resto do Brasil. A cidade de São Paulo também se aproximaria de outros centros mundiais: era projetada para o resto do Brasil como exemplo a ser seguido.

Foram enfatizadas ações do poder público e instituições que poderiam reverter o quadro de abandono e desamparo. Assim, a imprensa sugeria práticas, procedimentos, colocando-se como sujeito ativo que interferia no processo, visando a um presente e a um futuro transformado. Dessa forma, o Estado não estava acima das relações de classe, e as classes dominantes não estavam abaixo do Estado, sequer do que se designava como “Estado Novo”. Observamos alinhamentos políticos que não se limitam ao poder de Estado, mas que podiam expressar anseios de setores sociais específicos, de uma elite econômica e intelectual. No período em análise, é importante destacar, todavia, que a imprensa não era pura manipulação e podia abrigar tensões e problemas.

No caso da Infância, necessitamos avaliar as concepções, as interpretações sobre este período da vida através de fotos, textos, propagandas; analisar a caracterização da mulher de elite e de classe média como consumidora em potencial, mas isto não é genérico. Por vezes, há possibilidades de considerar as camadas mais pobres, apontando sugestões sobre como produzir a roupa das crianças, evitando gastos maiores que afetassem o orçamento familiar. Não podemos considerar impressos produzidos por instituições de acolhimento da mesma forma que aqueles produzidos pela grande Imprensa.

Vemos uma espécie de economia doméstica que poderia legitimar os baixos salários recebidos por trabalhadores. A pobreza era considerada a partir de ações beneméritas e da generosidade dos ricos. Isto ocorria em *Vida Doméstica*, *Fon-Fon!*, *Infância*, publicações que serão devidamente apresentadas neste texto. Exploravam, por vezes, a solidariedade dos pobres para com a família, os cuidados com os pais mais velhos, ao passo que, em algumas famílias mais abastadas, verificava-se o abandono dos pais em asilos, enfatizando a dimensão afetiva nas relações de família entre os pobres. Há uma intencional idealização da pobreza e a afirmação de que o dinheiro não é tudo, concomitante ao fascínio pelo dinheiro e suas benesses.

Não vemos, muitas vezes, uma avaliação que revelasse desigualdades sociais inter-relacionadas, abordando condições de vida, dificuldades de infraestrutura, alimentação, moradia, medicamentos. O antimodelo social é apresentado pela revista *Fon-Fon!*, que publica sobre a Itália, Pós-Segunda Guerra Mundial. Em 2 de abril de 1949, nela se lia: “Esses garotinhos descalços, sujos e esfarrapados de hoje são os cidadãos da Itália de amanhã”. Era o antimodelo de criança higienizada, com lar estruturado, servindo como exemplo negativo para o Brasil. Nessa perspectiva, ser pobre não era um mal; precisava ser educado na vida religiosa e prática do dia a dia, observando regras consentidas. E evitar rebeldia, manifestações contrárias ao regime, à ordem pública.

O rádio também era um meio de comunicação muito valorizado para construir práticas adequadas. Foi um veículo que permitiu a popularização de Getúlio Vargas, garantida em regiões onde ele não poderia estar fisicamente.

A criança, nos periódicos mencionados, era referida à mãe. A condição materna era naturalizada como personagem que estabeleceria a ponte entre uma orientação provinda de instituições, da imprensa, e devidamente aplicada no ambiente familiar. A mulher deveria assumir os ensinamentos de Puericultura e da Eugenia. Sua condição cidadã se exercia em sintonia com a modernidade anunciada a partir de tais valores.

Os princípios da cientificidade marcavam a diferença em períodos anteriores a 1930, uma racionalidade e uma praticidade que ajudavam nas mudanças: a propaganda era enfática no sentido de estabelecer economia de tempo, praticidade, conforto contra um passado comprometido com o desperdício de energia e tempo; a robustez era garantida por certos produtos, como aqueles da Nestlé.

Verificamos o valor que esses periódicos atribuíam às instituições de assistência, o quanto investiam na educação através da legitimação de projetos políticos nacionais, municipais - vide os casos dos parques infantis de São Paulo, a exibição de seus projetos através de fotos que, em consonância com documentos oficiais, enfatizavam os cuidados com a infância - no caso dos parques infantis frequentados por filhos de trabalhadores -, que teriam a partir da instituição: assistência médica, dentária, atividades ao ar livre, a brincadeira que expressa satisfação, aprovação; os médicos exibidos em atividades de trabalho como sujeitos competentes que atendiam às necessidades básicas das crianças; a hora do lanche, da alimentação como parte deste projeto acolhedor, eficaz. Daí, a articulação presente/passado/futuro envolve lazer, saúde e higiene.

Em minha pesquisa de doutorado, trabalhei com revistas como *Fon-Fon!*, *Vida Doméstica*, *Infância*, da Cruzada Pró-Infância, como já mencionei, e com jornais como *O Estado de São Paulo*, dentre outros periódicos (Brites, 1999). Sem pretender esgotar essas fontes, entendo que elas podem ser revisitadas para observar várias outras questões que digam respeito à mesma problemática. Lembro que a tese foi defendida em 1999; de lá para cá, muitas novas pesquisas sobre imprensa aprofundaram, de forma relevante, a metodologia apropriada para discutir esse universo e suas especificidades, aproximações e diferenças entre vários veículos impressos.

*Vida Doméstica* e *Fon-Fon!* publicavam fotos e textos sobre crianças, valorizando estas experiências, registrando atividades como primeira comunhão, festividades de carnaval, fantasias para este período. Marcavam, assim, uma dimensão que remetia aos ritos de passagem a serem valorizados na infância, sugerindo práticas e procedimentos para uma etapa da vida infantil. As fotos eram tiradas em estúdios, com fotógrafos contratados por estes veículos, traduzindo a imagem da criança saudável e feliz, seguindo rituais voltados a crianças e em consonância com os projetos políticos destes órgãos da imprensa e também de setores dominantes da sociedade.

Tanto a *Vida Doméstica* como a *Fon-Fon!* eram editadas no então Distrito Federal do Rio de Janeiro, com a intenção de se dirigirem às mulheres, leitoras dos periódicos, com potencial de consumo, inclusive para produtos ali anunciados.

*Vida Doméstica* era propriedade da Sociedade Gráfica Vida Doméstica Ltda, que contava ainda com outras publicações, como *Vida Infantil*, *Vida Juvenil*, *Almanaque da Vida Infantil* e *Almanaque da Vida Juvenil*.

Lançada em 1920, em 1940 *Vida Doméstica* comemorava seus 20 anos, enfatizando a divulgação de temas como avicultura e criação de cães e gatos, valorizando a vida agrícola e a riqueza das terras, o que nos leva a refletir sobre o quanto a vida urbana tinha de específico para a faixa social de seus consumidores, moradores de residências com espaço para criação de animais, alcançando até leitores de áreas rurais. Ela se preocupava com o lazer infantil e a ausência de espaços adequados para esse fim - os apartamentos eram possibilidades de moradia que dificultavam a brincadeira de crianças.

Tive contato com a publicação *Vida Infantil* na Biblioteca Nacional. Observei que a imprensa ali havia sido indicada como responsável pela redução do número de analfabetos. Nessa perspectiva, o mundo moderno só alcançaria e alcançará resultados positivos com a ampliação da alfabetização, em consonância com a Constituição, que impedia o voto de analfabetos (Constituição da República Federal dos Estados Unidos do Brasil, 1891 - situação modificada apenas em 1985). O analfabetismo teria gerado personagens como Antonio Silvino e Lampião, cangaceiros nordestinos, apontados como antimodelo (*Vida Doméstica*, 1933).

Já a *Vida Doméstica* tinha como público preferencial a mulher, consumidora de diferentes produtos: de beleza, tecidos, joias, óculos, agências de turismo, móveis, porcelanas, remédios. Essas propagandas exploravam também dimensões da vida afetiva, eliminando a distância entre valores cotidianos e os produtos a serem consumidos não apenas como objetos. Sua exibição pública também estava associada ao consumo de objetos na vida privada. A mulher aparecia como uma espécie de administradora geral da vida familiar. Exploravam-se, muitas vezes, a facilidade, o conforto que os produtos ofereciam na vida moderna, expressando, assim, economia de tempo e energia para quem tivesse acesso à sua aquisição (Maluf; Mott, 1997).

A *Vida Doméstica* acompanhava projetos voltados à criança. Essa revista referia-se à Conferência Nacional de Proteção à Infância de 1933, publicando textos de Lucília Ribeiro como o que aqui transcrevemos:

O lar deve ser para a criança uma fonte de alegria; ali deve receber o primeiro toque para a formação do seu caráter. Entre carinhos, mas também justas e severas repreensões, é que a verdadeira mãe, segundo Christo, forma os tenros corações de seus filhinhos; se guia-lhes também a alma 'tesouro divino' que Deus, Suprema autoridade, depositou-lhe nas mãos. Os pais devem ser os constantes orientadores de seus filhos; devem fazer da criança, por uma instrução sabia e criteriosa, um ente capaz de apreciar a Virtude, a fim de nos seus actos praticá-los (*Vida Doméstica*, 1936).

As mulheres precisavam estar também sintonizadas com práticas a serem incentivadas, como a Puericultura. Em *Vida Doméstica*, as mulheres de diferentes

camadas sociais foram responsabilizadas, considerando o alto nível de mortalidade infantil, por não observarem os ensinamentos de Puericultura, apresentada como conhecimento especializado que deveria ser dominado por diferentes sujeitos. As mulheres que desconheciam a Puericultura foram denominadas “[...] gente primitiva e desabituada às condições higiênicas” (Pender, 1945; Vida Doméstica, 1936).

Esse campo de saber também fazia parte da constituição de poderes. O Interventor de São Paulo, Adhemar de Barros, era médico. A Assistência Social era estimulada pelo governo, afirmando agir em nome dos interesses da coletividade. Otávio Gonzaga, que dirigia o Serviço de Puericultura de São Paulo, afirmou sobre Barros: “[...] mostra o carinho de Vossa Excelência para com as mães e as crianças paulistas, gente modesta que, de todos os recantos da cidade, para aqui afluiu em procura de recursos e ensinamentos da arte de bem cuidar dos filhos” (O Estado de São Paulo, 1940, p. 7).

Ainda fez referência à realização de concurso de Eugenia Pré-Natal, que visava a premiar as mães:

[...] que entre todos os dias souberam reservar um tempo precioso para frequência regular e disciplinada às clínicas de Puericultura, mostrando a mais elevada concepção de maternidade consciente contra uma outra atividade que é regida pela superstição e ignorância (O Estado de São Paulo, 1940, p. 7).

Aqui, aparecem juntos o interventor Adhemar de Barros, o secretário de Educação, o diretor do Departamento de Saúde e as mães. Notamos tensões e conflitos na afirmação de superstição e ignorância e os poderes instituídos agindo de forma supostamente harmoniosa para corrigir alegados desvios, convocando as mães como aliadas que estariam afirmando esses projetos em nome da vida moderna, silenciando sobre diferentes condições sociais por elas vividas. A responsabilização pela ignorância e superstição ficava para as mulheres incultas, que precisariam ser orientadas; o poder público seria, supostamente, o realizador, e estaria empenhado politicamente no sentido de resolver essas questões, para as quais contaria com o apoio de mulheres.

Em 1937, Getúlio Vargas criou o Instituto Nacional de Puericultura. Em 1948, através do Decreto n.º 9.948, foi instituído o Serviço de Puericultura de São Paulo, sob a direção de Otávio Gonzaga, como já foi afirmado. A Puericultura assim foi caracterizada:

Trata-se de um verdadeiro sistema científico de assistência que protege a criança desde a fase pré-natal, assegurando seu normal desenvolvimento orgânico, dirigindo-a na infância, amparando-a na adolescência e promovendo também, ao lado dessa assistência direta, uma ampla difusão dos conhecimentos basilares de higiene infantil e dietética (O Estado de São Paulo, 1940, p. 7).

Ainda podemos explorar temas como a presença da Puericultura nos materiais impressos, compreendendo a necessidade de cruzar diferentes fontes também produzidas pelo poder público. Há uma intenção de evidenciar problemas a serem enfrentados e superados por esse poder. Cabe ainda perguntar qual a resolução desses problemas de fato e verificar se há publicações que diretamente nos apontem como as mulheres enfrentavam tais questões. As mães nos aparecem nestes materiais de forma indireta e genérica, sem considerar diferenças sociais.

*Fon-Fon!*, iniciando suas publicações em 1907, apresentava-se como “semanário alegre, político, crítico e esfuziante”, usando como recurso narrativo o humor político. Nos anos 1930 e 1940 daquele século, publicou várias fotografias de mulheres como modelo de elegância e beleza. Explorava muito as situações de humor e recompunha papéis tradicionais, conservando normas. Um exemplo disto se expressa na seguinte situação: Uma mulher pergunta ao marido: “Querido, por que não fazes um seguro de vida? Ele responde: Por quê? Vais principiar de novo a cozinhar?” (Fon-Fon!, 1942). Há uma cobrança da função social da mulher como esposa que cuida da alimentação do marido, do fato de a companheira não cozinhar bem.

A criança apareceu como levada, desafiadora do mundo adulto, atributo este como referência especial aos meninos. Há também possibilidades de desmontar versões tradicionalmente consentidas, como a presença efetiva de Papai Noel nas festas de Natal, efeméride constantemente evocada quando se aborda a infância, reforçando os momentos privilegiados de comemoração, quando se afirmam o universo infantil e os valores cristãos. Há uma menina que surpreende os pais colocando presentes para si própria na árvore de Natal, mas no dia seguinte aceita os presentes dos pais como se nada tivesse acontecido. Assim, não podemos absolutizar intenções. Novas versões são possíveis neste universo. Isto sugere e indica mudanças no universo infantil; não só no universo da ingenuidade e da crença absoluta, mas até em não desfazer as ilusões paternas.

Tanto em *Fon-Fon!* como em *Vida Doméstica*, os textos que acompanhavam as fotografias eram curtos, indicando os eventos, marcados por luxo e grandiosidade. Homens e mulheres faziam parte de um universo de sofisticação. A condição social da criança deveria acompanhar este padrão<sup>1</sup>. Considere-se, também, a própria atividade dos meios de comunicação, incorporando mais intensamente outras estratégias de linguagem, como a fotografia, por exemplo, confirmadora, muitas vezes, dos projetos anunciados. Em relação à infância, havia um investimento em propagandas de produtos que ajudavam nos cuidados com crianças - talco, por exemplo.

Lembramos que esses periódicos e outros materiais impressos eram também anunciados pelos materiais publicitários. A publicidade oferecia possibilidades, diferenciação, de prestígio social, e indicava o desejo de obter os produtos anunciados, através do consumo. O bebê era alvo, muitas vezes, de produtos e serviços; exigia cuidados especiais. A ele se indicavam produtos que podemos hoje considerar inusitados.

<sup>1</sup> Esses impressos estão disponíveis na Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro. Pude consultar *Vida Doméstica* graças à generosidade da doutora Denise Bernuzi Santana, do Programa Pós-graduação em História da PUC/SP, e do doutor Hermetes Araújo, que me emprestaram microfílmes daquela publicação, aos quais agradeço.

O Jornal *O Estado de São Paulo* surgiu em 1875 como *A Província de São Paulo*; passou a ser denominado daquela outra forma com a instauração da República. Um exemplo de propaganda de *O Estado de São Paulo*:

*Então vai ter um filho?  
Lindo!  
Não é com o senhor, não!  
É com sua mulher claro!  
E hoje a conversa é séria.  
Sua casa está preparada para receber o anjinho querido  
Bom, isso, para dizer a verdade é com sua parteira, e se é parteira  
de fato e precavida, vai exigir o uso de Lysoform”* (O Estado de São Paulo, 1935).

A parteira é reconhecida como autoridade no momento do nascimento, na valorização de Higiene e Saúde. A propaganda sugere a eficiência do produto para diferentes ocasiões e sujeitos. Por exemplo, para homens, depois de se barbearem; para fumantes, para fazerem gargarejos; para limpeza de geladeiras e despensas; para acabar com percevejos e pulgas e, no caso do bebê, para higienizar roupas. A criança, nesse caso, era evocada como anjo que merecia todos os cuidados.

A autoridade do médico era também afirmada para evitar práticas curandeiristas e sugerir a valorização dos profissionais em casos de consulta, desautorizando, por vezes, tradições caseiras e populares. Já a partir do Código Penal de 1890, no capítulo 3 - “Dos crimes contra a saúde pública”, no Art. 158, consta pena de multa de 100\$ a 500\$ e prisão de um a seis meses. E tais práticas foram regulamentadas. A polícia, de vez em quando, dava batidas e prendia pessoas, apreendendo amuletos, ervas e raízes, acusando-as de curandeirismo (Diniz, 2021).

Observamos uma confirmação de perspectivas dessa natureza em outros momentos históricos. Os anos 30 do século XX foram especialmente marcados pela difusão de procedimentos científicos como resolução de diferentes problemas sociais vividos principalmente na infância, em função dos altos índices de mortalidade infantil. Os médicos têm suas atividades publicadas e incentivadas enquanto conhecimento autorizado.

Nas revistas, a harmonia era conferida a partir de orientações científicas pertinentes; a escolaridade, incentivada em instituições, a começar pelos maternais, passando por parques infantis e atingindo escolas que correspondem ao ensino básico e fundamental de hoje. Nessa perspectiva, a família nuclear representava o alicerce para uma estrutura equilibrada, forte, segura em relação ao futuro promissor da criança.

A sintonia com valores cristãos é extremamente recorrente nesses materiais, particularmente quando voltada à infância. O calendário cristão acompanha muitas das publicações. As crianças eram evocadas como anjos. A orientação doméstica devia estar ligada a elas. O Natal, a primeira comunhão de crianças, eram evocadas como festividades a serem lembradas e comemoradas. A figura

do menino Jesus diretamente identificado com a imagem da criança; Maria, com a da mãe primorosa; José, o pai trabalhador... podemos indicar esses materiais impressos como parte do conhecimento de tais práticas em sintonia com os tempos modernos, e também voltados ao combate da mortalidade infantil.

Estamos mais habituados a fazer análises sobre grandes veículos de comunicação, análises necessárias e que trouxeram grandes contribuições para a interpretação dessa fonte específica, contextualizando, através dela, o período estudado e entendendo sua ativa participação na constituição do social, assim como também é por ele constituída.

A Cruzada Pró-Infância, que existe desde 1930 em São Paulo, publicou, em setembro de 1933, sua primeira revista, denominada *Infância*, tendo como editor chefe o doutor F. Pompêo do Amaral, médico que atuava como profissional dedicado ao estudo da criança. Seus artigos eram escritos por vários colegas conceituados que atuavam na área de saúde da criança e escreviam também sobre os cuidados com a mãe gestante, como forma de prevenção de doenças no presente e no futuro, numa anunciada superação do passado que colocava em risco a vida de meninas e meninos.

A Cruzada Pró-Infância mantinha uma estreita relação com veículos de grande circulação. O acervo conservado possui recortes de jornais que divulgavam suas atividades. A revista era mensal, não só distribuída através de assinaturas anuais, mas também adquirida de modo avulso. Havia um apelo para que se pagasse adiantadamente, com a finalidade de se garantir a publicação de seus vários números.

A redação e administração situavam-se no Edifício Martinelli (outubro de 1936), no centro da cidade de São Paulo, frequentemente evocado para lembrar um centro que projetava e movimentava a vida na cidade. Ainda nesse número da revista, a instituição é lembrada porque acolhe crianças nacionais e estrangeiras, brancos e negros, e não exclui aqueles que não possuem o catolicismo como religião, admitindo, sem distinção, perfil laico e republicano.

O mensário apresentava sua disponibilidade na relação com anunciantes, indicava a presença de agentes que deviam ser procurados para encaminhar as negociações com esses possíveis anunciantes, solicitava ainda que leitores enviassem artigos, que seriam submetidos à avaliação da revista para serem publicados.

A revista foi editada entre os anos de 1935 e 1937, segundo Moura. No entanto, identifiquei, em minha pesquisa, a data de 1933 como o início da publicação. Talvez o próprio acervo possa fornecer outra configuração. Pesquisei a Cruzada Pró-Infância através de materiais em grandes caixas de papelão, sem nenhuma intervenção arquivística (Moura, 2007). Avaliei, nessa cruzada, a presença ativa de mulheres de projeção social elevada, identificadas com uma elite paulista. Entre os colaboradores da revista, destacam-se médicos, educadores e outros profissionais.

A intenção do mensário era cobrir o cotidiano da vida da criança, que passava pelo aleitamento materno, pelo lazer, pela presença de meninos e meninas nos parques infantis da cidade, pela atuação cotidiana dos médicos na vida dos pequenos, pela presença materna como auxiliar dos médicos nos cuidados com

a criança, pelo uso mais adequado de roupas. Há, inclusive, moldes de roupas que podem ser confeccionadas pelas mães.

A questão do aleitamento materno aparece como atividade fundamental, já que se observam mulheres de camadas socialmente mais privilegiadas que, por questões estéticas, não desejavam amamentar seus filhos; por outro lado, a mulher operária tinha um dia de trabalho intenso, que roubava seu tempo de cuidado com as crianças.

É um periódico mensal que acompanhava as comemorações da Semana da Criança. As atividades eram contempladas em: Dia da Elevação Espiritual; Dia da Raça; Dia da Criança; Dia do Lactente; Concurso de Robustez Infantil - neste caso, publicando resultados, os nomes da comissão julgadora, a premiação, os classificados no concurso (Cruzada Pró-Infância, outubro de 1936). Apresentava, ainda, o Dia da Criança Hospitalizada e o Dia da Criança que trabalha. As propagandas se sintonizavam com esses pressupostos, como, por exemplo, o da importância do consumo do biscoito Gelca – a garantia da raça, tornando-se parte constitutiva de valores e procedimentos.

A publicação servia como apresentação de resultados dos vários serviços oferecidos pela Cruzada Pró-Infância, tais como a higiene pré-natal, o exame médico geral, a higiene infantil, o serviço de sífilis, a higiene escolar, a educação sanitária, o gabinete dentário, o serviço social.

Também se divulgavam, através de propaganda, os diversos médicos da cidade dedicados ao acompanhamento da mãe e dos cuidados com a criança (Cruzada Pró-Infância, abril de 1936). Há ainda anúncios de parteiros, médicos da própria Cruzada Pró-Infância, especialistas em pele e sífilis, higiene pré-natal, “moléstia de senhoras”, além da divulgação de endereços situados no centro da cidade (Praça da Sé, Rua Santa Efigênia, Barão de Itapetininga, Rua General Jardim). Isso sugere a leitura por pessoas que poderiam assumir despesas médicas. Ficava para as mulheres pobres da cidade o atendimento na Cruzada Pró-Infância. Muitos anúncios evocavam consumos mais sofisticados de setores privilegiados da população.

Os colaboradores da revista revelavam qual devia ser o perfil a ser construído pelo mensário, atuando na educação com o intuito de cuidar da saúde da criança pobre na cidade de São Paulo. O doutor Almeida Junior dá indícios de como a pobreza era vista, divulgando, no primeiro número de *Infância* (setembro de 1933), uma pesquisa desenvolvida em grupos escolares em 1921, traduzindo, assim, essa prática: conversando com muitos alunos de escolas públicas de São Paulo, verificando suas lancheiras e encontrando uma alimentação considerada pobre em vitaminas, evidenciando que havia crianças que nada levavam como lanche. Neste sentido, diagnosticava a fome entre famílias de crianças pobres. Divulgar isto como pesquisa científica dava credibilidade a suas formulações.

O primeiro número da revista *Infância* (setembro de 1933) apresentava os programas e objetivos que orientariam sua existência: infância sadia e causas gerais da mortalidade infantil. Através de tais programas, podem-se visualizar os propósitos e concepções a respeito da infância, um trabalhador produtivo, e isto fica evidente na seguinte afirmação: “Uma infância sadia é um prelúdio natural para uma sociedade vigorosa, uma garantia para o cumprimento integral

da tarefa que cabe ao homem no trabalho universal. É uma reserva de energias em potencial para o futuro”.

Essas ações não começavam como a atividade da Cruzada Pró-Infância e de sua revista, pois se articulavam com discussões desenvolvidas nos anos 30, no Brasil e fora dele, servindo de referência para aquela instituição e para seu mensário. É o caso da Convenção de Genebra. A referência a Genebra é retomada na apresentação do programa da revista, conforme expressa Pérola Byington à frente da Cruzada Pró-Infância, quando é evocada a presença de mulheres paulistas, sintonizadas com perspectivas de educar e assistir às famílias mais pobres da cidade.

Refletindo sobre a atuação da própria Cruzada Pró-Infância, podemos verificar, através da dissertação de Marina de Moura, sua participação ativa na Revolução Constitucionalista de 1932:

E assim como muitas mulheres paulistas das camadas médias e mais favorecidas, a direção e as sócias da Cruzada participaram de forma ativa no movimento que eclodiu em Nove de Julho de 1932 contra o governo de Getúlio Vargas (Moura, 2007, p. 21).

A Constituição de 1934 proibiu o trabalho infantil, também responsável por mortalidade infantil, causador de inúmeros acidentes, impedindo a escolarização adequada. Isso não significa dizer que, por estar na lei, sua prática tenha sido extinta (Moura, 1999).

Assim, nos perguntamos: de que criança se fala? Qual a faixa etária mais lembrada? Quais projetos se destacavam para a criança nesses veículos de comunicação? Que imagens de infância se evocavam? Quais os projetos políticos e sociais dessas publicações? A que público se destinavam? Qual o lugar que a infância ocupava nessas publicações?

Quando buscamos a infância, nós nos perguntamos onde encontrar sua diversidade, a menina, o menino, o negro, o pobre. Qual a referência de infância? Muitas vezes, encontramos a experiência dos adultos. Afirmamos a necessidade de refletir sobre a infância a partir do seu direito de brincar, de estar nas ruas, e não apenas de ver neste espaço a contravenção, a delinquência. Ao invés disto, ver nestes lugares a possibilidade de viver várias sociabilidades. Assim, assumo as palavras de Miguel Arroyo:

[...] pensar e pesquisar a infância como ela era e é, como vivia, se formava, se humanizava na concretude de suas existências diversas e desviamos facilmente nosso foco para o tipo de criança ou de adulto que a pedagogia, a filantropia, as elites modernizantes, o Estado pretendiam e pretendem formar, normatizar desde a sua tenra idade. Em realidade, o foco se desvia da infância, de sua história social para o Estado, a escola, os adultos (Arroyo, 1999, p. 15).

A ideia de pura manipulação dos leitores é um equívoco; embora se construíssem várias estratégias de convencimento, havia leitores sintonizados com projetos que defendiam esses órgãos, posicionando-se favoravelmente, defendendo, assumindo pautas e posturas políticas.

As crianças, muitas vezes, não tinham voz ativa; não eram vistas como sujeitos que interferem em sua própria experiência; no entanto, havia ações institucionalizadas, até mesmo setores da imprensa que valorizavam desejos de brincar, de viver sociabilidades e podiam corresponder também a algumas expectativas das crianças, ou até mesmo serem reinventadas por estes sujeitos. Assim, também observamos situações em que, apesar do controle, as crianças não deixavam de transformar essas experiências, levando em conta o universo da brincadeira, do lazer, apesar das tentativas de as submeter às opiniões de adultos, de instituições dirigidas para viver uma vida consentida, regrada, ordeira.

Pudemos identificar, muitas vezes, nos pobres, a indicação de desvios. Os meninos podiam ser equiparados a anjos ou a demônios. A vida nas ruas era apresentada como lugar da prática de hábitos indesejáveis, de vícios, de transgressões criminalizadas. Acompanhando os jornais, como o *Correio Paulistano* e *A Gazeta*, Mônica Diniz, em sua tese de doutorado, analisa crônicas policiais, noticiando crimes cometidos na cidade por homens e mulheres, e onde meninos, jovens, eram demonizados por viverem na contravenção (Diniz, 2021).

O período republicano brasileiro se encarregou de criar instituições de confinamento como o Juquery, em Franco da Rocha, e o Instituto Disciplinar do Tatuapé, na capital do estado (Cunha, 1986). A afirmação dos argumentos de modernidade e progresso, expressos em aumento do número de habitantes, no uso, inclusive pela imprensa, de novas tecnologias, de novos recursos, fez parte desse panorama.

No Estado Novo (1937/1945), as dimensões de visualidade ganharam ainda mais destaque, principalmente evocando símbolos da Pátria, presentes em imprensa e cinema, dentre outros suportes. Um trecho do livro *Multidões em Cena* destaca aspecto fundamental para se pensar sobre infância no período de Vargas:

Em outro cartaz, desenha-se a figura paternal de Vargas acariciando as crianças (uma delas empunha a bandeira do Brasil) e no desenho se lê: “Crianças! Aprendendo no lar e nas escolas o culto da Pátria, trareis para a vida prática, todas as possibilidades de êxito (Capelato, 1988, p. 52).

Em mais um desenho, o chefe/pai dirige o olhar a uma multidão de crianças embandeiradas que o contemplam com admiração - Ilustração da Cartilha do DIP. Lembramos que a denominação “Estado Novo” evoca uma nova etapa, uma interrupção da temporalidade para inaugurar o outro, concentrando essa novidade no Estado, como se a Sociedade não fizesse parte ativa dela... É bom registrar que temos perspectivas de continuidade quando se pensa em consolidar uma ordem burguesa, usando, por vezes, novas estratégias.

A valorização das comunicações no período de Vargas é algo relevante para afirmar essa dominação, um investimento na imprensa, no rádio e no cinema como formas pertinentes de legitimação de poder. O que se afirma como tempo passado é descrito como um lugar de instabilidade, de desordem, que precisa ser corrigido; daí se pensar num começo e numa construção de memórias que devem ser cultivadas. Há uma homogeneização de Nação que tem na criança um sujeito fundamental da harmonia social; as desigualdades são reafirmadas, mas os conflitos sociais devem ser negados e afastados.

Lembramos de regimes fascistas que fizeram um grande apelo às celebrações, às espetacularizações traduzidas em cerimônias cívicas a serem cultivadas. O calendário no período histórico brasileiro de 1937 a 1945 revela o projeto de controle sobre a memória. As cerimônias eram parte constitutiva desse novo anúncio de tempo (Parada, 2007). Fundamentais encenações do regime estiveram ativas, como as da Semana da Pátria. Observam-se, com o Estado Novo, o Desfile da Mocidade e da Raça, a Hora da Independência e o Desfile Militar, manifestações públicas essenciais ao regime. O mês de setembro (Independência do Brasil) teve participação ativa do encontro com a Pátria e a atividade escolar.

As manifestações de nacionalidade estiveram presentes nos meios de comunicação, imprensa e rádio, escola e trabalho, sintonizados com esse suposto exemplo de civilidade. Contra tudo isso, colocava-se o fantasma do Comunismo, apontado como elemento de ameaça à ordem e à desintegração. Educar a criança através da escola, do trabalho consentido, significava afastá-la desse universo.

Vicente Guimarães, diretor da revista *Sesinho*, editada pelo Sesi, no período de 1947 a 1960, tem publicação importante para provocar reflexões sobre a experiência de jovens na rua. A referência à imprensa faz parte de suas reflexões, criticando sua atuação na divulgação de atos indesejados, de contravenções, de furtos, que incentivavam, na perspectiva do escritor, os atos socialmente reprovados (Guimarães, 1954).

Autor de literatura infantil, envolvido com a educação formal e moral da criança, Guimarães denuncia violências contra a criança, a pornografia; condena a vida de rua. Destaco, principalmente, o livro *Vida de Rua*, de 1954, que aborda negativamente a leitura de quadrinhos por jovens que vivem nas ruas, que adotam como apelidos o nome de seus heróis, ligados a vícios e a um cotidiano desviante. Meninos agridem o pequeno jornalista para o roubar; a vítima é considerada um jovem trabalhador, atividade que inicialmente é combatida, depois reapropriada, no governo Vargas, como algo a ser valorizado, criando-se instituição própria que cuidaria de acolher esses jovens, oferecendo-lhes uniforme, refeição, assistência médica, com o objetivo de tornar a função socialmente controlada e aceita.

No livro de Guimarães, os meninos de rua vão para uma instituição de recolhimento, cuja função é educá-los para o trabalho e para o abandono de procedimentos reprováveis. Há uma perspectiva de continuidade histórica que se inaugura com a República.

Quais os conflitos visibilizados e que condenam e sugerem mudanças? Por que jovens colocam fogo nestes espaços? Eles já se concretizaram em contextos dessa natureza. Daí a razão para Vicente Guimarães criticar direções autoritárias que efetuam uma educação militarizada, a identificar sujeitos por números,

despersonalizando-os. O trabalho, assim, deveria ser incorporado, internalizado, a produtividade incentivada, legitimando, portanto, práticas capitalistas de produção a partir de um universo de estímulo ao trabalho produtivo, à presença de patrões, de empresários que correspondem a uma modernidade no trabalho, que parecem eliminar a luta de classes, como se observa em sua participação no Sesi.

A educação formal é estimulada, embora, por vezes, seja criticada porque deixa de considerar aspectos que evidenciam uma vida saudável, higiênica, procedimentos que estavam em consonância com uma modernidade, progresso, evocados por uma elite republicana voltada ao poder político instituído. Órgãos de imprensa, eles mesmos empresas, dão destaque a instituições e a iniciativas que valorizam essas experiências, colocando-se em consonância com quem valoriza tais ações, essas práticas, na luta contra o abandono, a pobreza, as contravenções.

Observei no jornal *A Gazeta*, de 1937, uma crítica aos *shorts* usados por meninas e mocinhas em desfiles da cidade, sumários, que exibiam o físico dessas jovens, numa condenação de vestimenta, mesmo em instituições valorizadas, que, nessa perspectiva, cometiam abusos em relação às vestimentas.

Uma revista como a *Fon-Fon!*, em 1938, fazia sugestões de roupas para crianças, apresentando modelos e moldes, tecidos como linho e cambraia. Costurar era uma atividade feminina, valorizada como forma também de conter despesas domésticas com vestimentas. As mulheres só deveriam evitar essa atividade na gravidez, para preservar a saúde da mãe e da criança, como argumentava a *Fon-Fon!* em fevereiro de 1942.

Cuidar da saúde da criança era também prestar atenção ao tipo de vestimenta adequada a ser usada no verão ou no inverno. Os concursos de robustez infantil eram valorizados por diferentes instituições, com o apoio da própria Igreja Católica, do Sesi, da Cruzada Pró-infância, em consonância com perspectivas de aprimoramento da raça, da força e da vitalidade.

Havia, então, um investimento no sentido de criar instituições que atendessem às necessidades de acompanhamento médico, odontológico, que estimulassem a prática do exercício físico, a prática de hábitos de higiene como, por exemplo, escovar dentes. Refiro-me aos parques infantis de São Paulo. O Ato 861, de 30 de maio de 1935, dedicou-se à organização do Departamento de Cultura da Prefeitura Municipal de São Paulo, transformando o Serviço de Parques Infantis em Seção de Parques Infantis<sup>2</sup>.

A Cruzada Pró-Infância foi criada em 12 de agosto de 1930 e tinha como proposta atender aos direitos da gestante e da criança. Lembramos de uma forte centralização política, nos governos de Getúlio Vargas, em que as questões de fortalecimento da raça, aprimoramento moral, saúde e higiene faziam parte de propostas políticas, assumidas em diferentes projetos. A 'eugenia' passava a ser valorizada como instrumento de controle, principalmente de pobres e negros, vistos como "classes perigosas". A instituição da República legitimou novas ações de repressão a esses sujeitos, como a ação e a presença ostensiva da polícia

<sup>2</sup> Ato 861 da Prefeitura Municipal de São Paulo. Localizado em: <http://documentacao.camara.sp.gov.br>. Consultado em 22 de julho de 2021.

na perseguição dos considerados indesejados, vide a demolição de cortiços, a Revolta da Vacina, a Revolta da Chibata, a expressão “civilização versus barbárie” (Sevcenko, 1982; Silva, 1982).

A imprensa, muitas vezes, reproduzia interesses dominantes, recriminando a experiência de viver nas ruas, principalmente de meninos, que, em sua concepção, faziam arruaças e praticavam delitos. Ou ainda, serviam como agentes de denúncias da condição da pobreza, de andar descalços, maltrapilhos, sujões, situações a serem condenadas.

As comemorações cívicas eram atividades publicadas e divulgadas como sinônimos de ordem, disciplina, amor à Pátria, aprovação de projetos políticos que colocavam no Estado o sujeito preferencial das ações.

A *Fon-Fon!* publicou uma série de seções dedicadas ao lar e aos cuidados com a infância: “Página do Lar”; “Conselho às Mães” e “Boas maneiras”. Nessas páginas, divulgavam-se imagens idealizadas de família e perspectivas de homogeneização da entidade, com a mulher cuidando do lar, da saúde da família, crianças bem arrumadas, fortes e robustas; o marido, como provedor do lar (Maluf; Mott, 1997). Há uma acentuação da concepção de sujeitos sintonizados com a modernidade, no caso, o da mulher, que deveria adquirir conhecimentos de Puericultura e Eugenia e considerar a necessidade do sufrágio universal (Fon-Fon!, 1938).

Acentuei mais intensamente como problemática central do trabalho, em meu doutorado, a aproximação destes meios de comunicação, quando abordaram a infância, com temas, fontes iconográficas e propagandas veiculadas. É importante, no entanto, não reduzir um ao outro. Outras pesquisas poderão evidenciar mais estas diferenças. Além de informação, essas publicações se constituíram, portanto, em importantes órgãos formadores de uma opinião pública, associadas aos valores sociais dominantes no Estado nacional e na sociedade brasileira.

## REFERÊNCIAS

- ARROYO, M. Apresentação. *In*: VEIGA, C. G.; FARIA, L. M. de. **Infância no sótão**. Belo Horizonte: Autêntica, 1999. p. 7-19.
- BRASIL. Artigo 158 do Decreto Lei nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940. **Código Penal**, Rio de Janeiro, 07 de dezembro de 1940. Disponível em: <http://planalto.gov.br>. Acesso em: 29 jul. 2021.
- BRASIL. Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil (1934). Disponível em: <http://planalto.gov.br>. Acesso em: 27 jul. 2021.
- BRITES, O. **Imagens da infância: São Paulo e Rio de Janeiro, 1930 a 1950**. Tese (Doutorado em História) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1999.
- BRITES, O. Pérola Byington (1879-1963) – Mulher e família em mudança. *In*: SECCO, L.; SILVA, M.; BRITES, O. (Org.). **Mulheres que interpretam o Brasil**. São Paulo: Contracorrente, 2023. p. 466-478.
- CAPELATO, M. H. **Imprensa e História do Brasil**. São Paulo: EDUSP, 1988.
- CAPELATO, M. H. **Multidões em cena: Propaganda política no Vargasismo e no Peronismo**. Campinas: FAPESP/Papirus, 1998.
- CRUZ, H.; PEIXOTO, M. R. Na oficina do Historiador – Conversas sobre História e Imprensa. **Projeto História**, v. 35, p. 255-271, 2007.
- CUNHA, M. C. P. da. **O espelho do mundo**. Juquery: A História de um asilo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.
- DINIZ, M. **Dramas de Ontem: Imprensa, Criminalidade e a Crônica Policial em São Paulo (1910-1920)**. Tese (Doutorado em Psicologia) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2021.
- FON-FON! Rio de Janeiro, maio 1942.
- GUIMARÃES, V. **Vida de rua**. Rio de Janeiro: Oficina do Serviço Gráfico I. B., 1954.
- MALUF, M.; MOTT, M. L. Recônditos do mundo feminino. *In*: SEVCENKO, N. (Org.). **História da vida privada no Brasil, República: da Belle Époque à era do rádio**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. p. 367-421.
- MARTINS, V. A. **O jornal “O ESP” e o governo João Goulart e percepção (1961/1964)**. Dissertação (Mestrado em História) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2017.
- MOURA, E. B. Crianças operárias na recém-industrializada São Paulo. *In*: DEL PRIORE, M. (Org.). **História das crianças no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1999. p. 259-289.
- MOURA, M. de. **A noção de infância no Brasil, na década de 1930: Uma análise da revista Infância**. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2007.
- O ESTADO DE SÃO PAULO. São Paulo, 1º de junho de 1940. p. 7.
- O ESTADO DE SÃO PAULO. São Paulo, 22 de janeiro de 1935.
- PARADA, M. A ordem da memória: a Imprensa e o imaginário político do Estado Novo. *In*: FERREIRA, L. M. A.; RIBEIRO, A. P. G. (Orgs.). **Mídia e Memória: a produção de sentidos nos Meios de Comunicação**. Rio de Janeiro: Mauad, 2007. p. 35-57.

- PENDER, B. Esquecemos as Mães. **Vida Doméstica**, Rio de Janeiro, n. 328, jul. 1945.
- SEVCENKO, N. **A Revolta da Vacina**: mentes insanas em corpos rebeldes. São Paulo: Brasiliense (Tudo é História), 1982.
- SILVA, M. **Contra a chibata**: marinheiros brasileiros em 1910. São Paulo: Brasiliense (Tudo é História), 1982.
- SILVA, M. O Trabalho da Linguagem. **Revista Brasileira de História**, [s.l.], v. 6, n. 11, p. 45 - 61, 1985/1986.
- SILVA, V. A. T. da. **Notícias do Rio**. A intervenção no jornal O Estado de São Paulo e a auto-legitimação do Estado Novo. São Paulo: EDUSP/Nankin, 2015.
- THOMPSON, E. **A miséria da teoria**. Ou um planetário de erros. Rio de Janeiro: Zahar Ed., 1981.
- VESENTINI, C. A.; DE DECCA, E. A revolução do vencedor. **Ciência e Cultura - SBPC**, São Paulo, v. 29, n. 1, p. 25-32, 1977.
- VIDA DOMÉSTICA. Rio de Janeiro, jul. 1933.
- VIDA DOMÉSTICA. Rio de Janeiro, fev. 1936.